

Comentário do mês: COPEL e ENEVA

No comentário desse mês, vamos destacar em maior detalhe a participação de Copel e Eneva no Leilão de Reserva de Capacidade que tivemos em março.

Leilão de Reserva de Capacidade no Brasil

O Leilão de Reserva de Capacidade de Potência (LRCAP) finalmente saiu do papel em março de 2026, depois de um processo bem mais longo do que o mercado imaginava. Ainda em 2024, o Ministério de Minas e Energia abriu a consulta pública do então LRCAP 2024 e indicou realização do certame ainda naquele ano. Com o primeiro atraso formal, o desenho migrou para o LRCAP 2025, com portaria publicada em janeiro de 2025 e previsão de realização em junho, mas o evento acabou sendo concluído apenas agora, em março de 2026. O desfecho, portanto, encerra um período prolongado de incerteza regulatória e recoloca no centro da discussão um tema que julgamos essencial para o setor elétrico brasileiro: a necessidade de garantir potência firme em um sistema cuja matriz segue se tornando mais renovável e, portanto, intermitente.

Com a crescente participação de fontes renováveis na matriz elétrica do país, o sistema ganha energia limpa e barata, porém acaba sofrendo de uma necessidade de potência que não pode ser atendida por fontes intermitentes, cuja geração não pode ser ligada ou desligada conforme a conveniência do operador. Para atender um pico de demanda por eletricidade que coincide com a redução da eletricidade gerada pelas placas solares, o país precisa ter uma frota de usinas despacháveis, cuja geração pode ser acionada ou interrompida sob demanda. Para isso, o governo organiza leilões de capacidade que funcionam como um seguro: fecham contratos de receita fixa que remuneram a empresa para manter ou construir uma usina termelétrica e ter ela disponível quando o sistema precisar de geração adicional. A receita fixa garantida pelos agentes no leilão vai depender do volume da demanda por potência que o governo vai ter para cada produto e quanta competição entre os possíveis ofertantes existe para atender essa necessidade.

Diferentemente do primeiro leilão de reserva de capacidade, realizado em 2021, que contratou cerca de 4,6 GW a um deságio médio de aproximadamente 15%, acreditávamos que o leilão de 2026 seria significativamente maior e contaria com menos competição entre os participantes, ao menos em alguns produtos, por dois motivos principais.

O primeiro deles é o acúmulo de atrasos. Esse leilão era para ter acontecido antes, mas foi sendo postergado ano após ano por disputas políticas e regulatórias. Enquanto isso, a necessidade de potência do sistema só

se agravava com o crescimento acelerado de fontes renováveis e da geração distribuída na matriz, ampliando o déficit de capacidade despachável que o leilão deveria endereçar. A cada atraso, nos aproximávamos mais e mais dos anos em que teríamos déficits de potência relevante e, portanto, precisaríamos de um leilão cada vez maior e mais caro a fim de viabilizar projetos que poderiam ser capazes de resolver o problema.

O segundo motivo é a escassez de turbinas geradoras disponíveis para serem entregues até 2030. Com a febre de inteligência artificial, as grandes promessas de investimento em data centers e a energia necessária para sustentar essa infraestrutura geraram uma corrida por contratação de turbinas em escala global. Escutávamos de diversos players do setor que os três principais fornecedores de turbinas no mundo já estavam sem capacidade para entregar novas unidades antes de 2030, e que algumas companhias melhor preparadas já haviam garantido os equipamentos mais críticos com antecedência, o que naturalmente reduzia o universo de competidores aptos a ofertar no leilão.

Em mercados mais desenvolvidos, como em algumas regiões dos Estados Unidos, os leilões de capacidade são eventos anuais e sem grandes surpresas. No Brasil, dado o intervalo de cinco anos entre o primeiro e o segundo leilão, a inflação expressiva nos equipamentos de geração e a agravante necessidade de potência do sistema, acreditávamos que o LRCAP 2026 seria bastante relevante, tanto em tamanho da oferta contratada quanto na receita fixa total garantida, e criaria oportunidades únicas para players bem-posicionados gerarem valor com alocações de capital.

Hoje, julgando retrospectivamente, entendemos que o resultado confirmou essa expectativa. O leilão contratou praticamente 19 GW, sendo 7,6 GW de termelétricas existentes recontratadas, 8,6 GW de nova capacidade termelétrica e 2,9 GW de expansão de hidrelétricas. Além de o volume contratado ter sido mais de quatro vezes maior que o do LRCAP 2021, a receita fixa teto oferecida aos agentes era substancialmente mais alta que no leilão anterior e o certame contou com deságios muito menores, de modo que a receita fixa total garantida nesse leilão foi ao menos nove vezes superior à do primeiro. Trata-se de um evento de grande importância para o setor elétrico brasileiro, para a segurança energética do país e, sobretudo, para alguns seletos players que acompanhamos de perto.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para comentar duas das maiores vencedoras desse leilão que, não por acaso, temos em nossas carteiras: Eneva e Copel. Nos dois casos, esperávamos uma forte geração de valor advindo do resultado do leilão e, em ambos, fomos surpreendidos positivamente.

Sucesso da Copel no Leilão de Reserva de Capacidade 2026

Como já havíamos mencionado na carta de setembro de 2025, a Copel estava muito bem-posicionada para se consagrar vitoriosa no LRCAP 2026 competindo pelos produtos de geração hidrelétrica. No caso dessas usinas, o leilão contemplava apenas a ampliação de capacidade existente, ou seja, a instalação de novas turbinas em hidrelétricas já em operação, e não a construção de novas usinas. Isso naturalmente reduzia o escopo de competição.

Vale lembrar que a Copel, depois de privatizada, teve o direito de renovar em 2024 as concessões de algumas de suas hidrelétricas, entre elas Foz do Areia e Segredo que competiram no leilão, por mais 30 anos. Com a concessão renovada, a companhia avançou nos projetos de ampliação, obteve as licenças ambientais e chegou ao leilão com produtos prontos e altamente competitivos.

Ao final do leilão, a Copel venceu e garantiu a expansão de cerca de 700 MW em Foz do Areia, cuja casa de força já estava inteiramente preparada para a instalação de novas turbinas, e de aproximadamente 1,2 GW em Segredo. Foz do Areia era particularmente competitiva porque a expansão não exigia obra civil adicional relevante, o que reduzia o investimento necessário e permitia à companhia oferecer a uma receita fixa mais baixa no leilão enquanto Segredo não contava com essa vantagem.

No final, o cenário de aparente baixa competição entre as hidrelétricas cadastradas, fruto da insuficiência de oferta vis-à-vis a demanda que o governo planejava contratar desse produto, permitiu que a Copel contratasse essas duas ampliações praticamente no preço teto, garantindo a relevante geração de valor que vimos nesse leilão.

Em termos de investimento, para construção dessas ampliações, a Copel deverá desembolsar cerca de R\$ 5 bilhões em capex até o início do contrato em 2030, sendo R\$ 1,3 bilhão destinado a Foz do Areia e R\$ 3,6 bilhões a Segredo, o que deve reduzir o montante de dividendos que a companhia deve distribuir até lá. Em contrapartida, a companhia garantiu uma receita fixa anual de R\$ 2,6 bilhões protegida da inflação por 15 anos. O leilão de capacidade serviu, na prática, como uma excelente e rentável justificativa para a Copel expandir seus ativos existentes que permanecerão no portfólio da companhia ao fim do contrato e ainda poderão ser monetizados da forma que a administração julgar mais adequada.

Sucesso da Eneva no Leilão de Reserva de Capacidade 2026

No caso da Eneva, também entendíamos que a companhia chegaria ao leilão com um posicionamento competitivo diferenciado, ainda que o tamanho do sucesso efetivo tenha nos surpreendido positivamente. Havia, de um lado, ativos existentes no portfólio, especialmente no Complexo Parnaíba, que já nos pareciam competitivos para recontração. De outro, chamava nossa atenção o fato de a companhia vir se preparando com antecedência para um novo ciclo de expansão termelétrica, inclusive com planejamento de novos projetos e contratação prévia de equipamentos críticos de geração.

As vantagens competitivas estruturais e conjunturais da Eneva para esse LRCAP 2026 levou ela a ser a maior vencedora do leilão, recontratando 1,7 GW de ativos existentes a uma receita fixa muito atrativa por mais 10 anos e garantindo a receita fixa relevante para viabilizar mais 3,65 GW de capacidade de ativos novos que vão ser construídos nos próximos anos. O que antes eram apenas contas de opcionalidade que o mercado estimava como possíveis projetos para a Eneva foram agora concretizados no LRCAP 2026 como avenidas de crescimento para a companhia e relevantes fontes de geração de valor para o case.

O primeiro e mais competitivo dos projetos novos é o CELSE 2, com 1,3 GW de capacidade total, que consiste na expansão do já existente Hub Sergipe¹. Quando a Eneva adquiriu a CELSE em 2022, a companhia passou a deter não apenas a termelétrica de 1,6 GW, mas também os direitos de expansão do complexo e o leasing de um FSRU² com capacidade de regaseificação de 21 milhões de m³/dia, dos quais apenas cerca de 6 milhões eram consumidos pela usina original. Esse excedente de capacidade de regaseificação é a peça central que torna o CELSE 2 tão competitivo: a solução de suprimento de gás já estava paga e resolvida pelo CELSE I, de modo que o custo incremental do projeto é substancialmente menor do que o de um concorrente que precisasse estruturar toda a cadeia de suprimento do zero. Em termos simples, a Eneva opera um FSRU capaz de receber GNL importado, regaseificá-lo e injetá-lo em suas termelétricas ou na malha de gasodutos para vender a terceiros.

Essa mesma lógica será replicada nos dois outros projetos novos. O Hub Ceará, com 1,2 GW de capacidade total e entrada prevista para 2029, que será abastecido por um novo terminal de GNL a ser implantado no

¹ O Hub Sergipe, localizado em Barra dos Coqueiros (SE), tem como ativos principais a UTE Porto de Sergipe I (CELSE), termelétrica a gás de 1,6 GW, e um terminal flutuante de armazenamento e regaseificação de GNL (FSRU), que abastece a usina. O novo projeto, CELSE 2, leva esse nome por consistir na expansão desse mesmo complexo.

² **Floating Storage and Regasification Unit (FSRU)**: embarcação permanentemente atracada em um porto que recebe GNL de navios metaneiros, armazena-o e o regaseifica para injeção em termelétricas ou na malha de gasodutos

Porto de Pecém. Já o Hub Sudeste tem entrada prevista para 2031 e vai ser suprido por um novo terminal de regaseificação. Em ambos os casos, a Eneva dimensionou os FSRUs com capacidade remanescente deliberada, ou seja, a infraestrutura de gás será maior do que a demanda das usinas contratadas nesse leilão, criando desde o primeiro dia um excedente de capacidade que poderá ser monetizado no futuro, seja pela construção de novas termelétricas nesses hubs, seja pelo fornecimento de gás flexível a terceiros ou alguma outra estratégia.

Em todos esses três projetos novos, a companhia comentou que já havia garantido as turbinas e os principais equipamentos de geração previamente, inclusive gastando cerca de R\$1,4 bilhão em 2025 com isso. Esse preparo viabilizou os projetos, uma vez que as fornecedoras de turbinas já não têm mais capacidade de entrega até 2031 e os preços já haviam aumentado bastante para quem conseguiu alguma coisa.

Por R\$ 18,2 bilhões em capex até 2031, dos quais R\$ 1,4 bilhão já foi realizado em 2025 para compra antecipada de equipamentos de geração, a Eneva garantiu uma receita fixa anual de R\$ 8,8 bilhões protegida por inflação e por 15 anos apenas nesses ativos novos, que vão entrar faseados de 2028 até 2031. Vale comentar que a companhia hoje comunica que todo esse ciclo adicional de capex que devemos ver sendo desembolsados nos próximos anos vai ser possível apenas com a geração de caixa da companhia e de financiamentos, sem a necessidade de um follow-on, por exemplo.

Fica evidente, portanto, as opcionalidades que a companhia terá pela frente depois que os projetos novos contratados nesse leilão forem entregues, porém, mesmo sem contar com isso, já enxergamos um atrativo upside no nosso preço alvo do papel em relação ao atual preço de tela. A Eneva deveria ser capaz de replicar a estratégia que executou com o CELSE 2 no LRCAP 2026 e monetizar essa futura capacidade remanescente nos dois novos Hubs da companhia, Ceará e Sudeste, contratando e construindo mais termelétricas nesses parques que já vão contar com infraestrutura existente, paga e amortizada pelos projetos ganhos nesse leilão passado. Outra alternativa é a companhia monetizar essa capacidade remanescente dos FSRUs no suprimento de termelétricas de gás de terceiros, como ela já fez com 5,5 milhões de m³/dia vendidos para suprir contratos que outras térmicas ganharam nesse leilão.

Mesmo que a companhia esteja se distanciando de ser puramente um player com gás próprio a um custo competitivo, monetizado pelo modelo *Reservoir-to-Wire*³, para abrir essas novas avenidas de crescimento que

³ **Reservoir-to-Wire (R2W):** Modelo integrado pioneiro da Eneva que conecta diretamente a exploração de gás natural em campos onshore à geração de energia elétrica em usinas próximas aos poços produtores, eliminando etapas intermediárias de transporte e conferindo à companhia um custo de combustível inferior ao de concorrentes não integrados.

são mais dependentes de gás de terceiros (como o GNL no caso de todas esses novos Hubs), acreditamos que o core da tese permanece intacto e anda se comprovando cada vez mais vitorioso. Grande parte do valor gerado pela Eneva está no controle da solução de suprimento de gás 100% flexível e na forma como os projetos são estruturados ao redor dessa infraestrutura.

Conclusão

Em suma, o LRCAP 2026 foi um evento transformador para o setor elétrico brasileiro e, sobretudo, para duas posições que carregamos no portfólio. Tanto Copel quanto Eneva chegaram ao leilão com posicionamentos competitivos diferenciados, fruto de preparação e decisões estratégicas acertadas, e saíram dele com contratos de longo prazo que garantem receitas fixas expressivas, corrigidas pela inflação, e que reforçam de maneira significativa a visibilidade de geração de caixa de ambas as companhias. Para Eneva, ainda enxergamos uma gama de opcionalidades que podem surgir das oportunidades já aproveitados desse leilão. Seguimos confiantes nas duas teses e acompanhando de perto os cases, sempre avaliando nossas posições em cada companhia.

Atribuição de Performance:

O STK Long Biased FIC FIA teve um desempenho de -2.63% contra -0.70% do Ibovespa. Em termos setoriais, a contribuição positiva veio do setor Elétrico/Saneamento. Do lado negativo, os principais detratores foram os setores de Tecnologia e Serviços Financeiros.

As principais contribuições positivas para a carteira no mês foram:

Ticker	% Retorno
ENEV3	0.43%
CPLE3	0.36%
SBSP3	0.10%

Do lado negativo, os destaques foram:

Ticker	% Retorno
BPAC11	-0.58%
RENT3	-0.54%
TSM US	-0.46%

Em relação a exposição:

	Long Brazil	Long Global	Short	Hedge	Valor Relativo	Total
Exp Bruta	54.6%	30.9%	4.4%	0.0%	8.5%	98.8%
Exp Líquida	50.1%	30.4%	-4.4%	0.0%	-0.3%	80.3%

Março de 2026 | Material de Divulgação

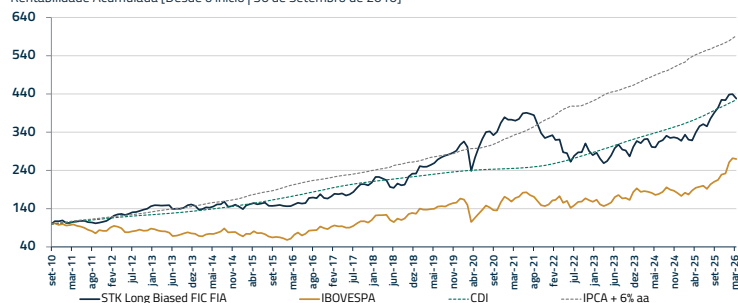
O STK Long Biased FIC FIA mantém no mínimo 95% de sua carteira investido no STK Long Biased Master FIA, cuja estratégia é investir em ações utilizando análise fundamentalista como principal metodologia de avaliação de empresas. As posições do fundo são primordialmente compradas, mas o fundo pode também manter posições vendidas. O objetivo é valorizar suas cotas no longo prazo, primordialmente através de investimentos em ações negociadas no mercado à vista de bolsas de valores e em seus respectivos derivativos. A Gestora busca maximizar a performance do fundo através de gestão ativa da carteira.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Ibovespa	IPCA+6%
2010										7.28%	-0.21%	1.94%	9.13%	-0.18%	3.72%
2011	-5.89%	0.04%	2.76%	0.86%	1.14%	0.59%	-3.16%	-0.90%	-2.10%	1.55%	2.20%	2.28%	-0.99%	-18.11%	12.87%
2012	6.07%	6.11%	2.73%	1.05%	-2.20%	2.16%	3.50%	0.63%	1.95%	2.56%	1.79%	4.68%	35.45%	7.40%	12.14%
2013	1.88%	-0.24%	-0.49%	0.29%	0.37%	-6.59%	0.71%	-0.32%	2.23%	4.39%	1.29%	-2.34%	0.77%	-15.50%	12.29%
2014	-8.86%	1.04%	3.29%	-0.38%	1.91%	3.88%	0.16%	4.65%	-8.57%	1.12%	2.72%	-3.71%	-1.76%	-2.91%	12.83%
2015	-4.18%	7.11%	2.21%	1.65%	-1.95%	1.23%	1.60%	-5.37%	-0.15%	0.74%	0.95%	-1.53%	1.76%	-13.31%	17.25%
2016	-0.71%	0.33%	2.97%	2.77%	-1.30%	0.86%	8.50%	0.84%	-1.06%	6.21%	-5.55%	-0.86%	12.97%	38.93%	12.67%
2017	3.59%	3.73%	-0.63%	1.12%	-2.89%	1.60%	3.58%	6.04%	4.60%	0.10%	-1.44%	3.41%	24.85%	26.86%	9.04%
2018	7.30%	-0.10%	-1.73%	-2.06%	-8.23%	-1.30%	5.92%	-2.27%	0.84%	10.30%	3.54%	0.10%	11.52%	15.03%	9.94%
2019	8.30%	-0.61%	0.10%	1.69%	2.14%	3.42%	2.34%	1.53%	1.09%	1.49%	1.88%	5.40%	32.50%	31.58%	10.54%
2020	2.81%	-4.57%	-20.74%	14.22%	9.09%	8.17%	5.64%	0.63%	-2.93%	2.55%	6.90%	4.04%	23.38%	2.92%	10.76%
2021	-1.67%	0.01%	-0.72%	1.24%	3.89%	0.39%	-0.69%	-0.94%	-6.19%	-6.40%	-3.78%	1.15%	-13.32%	-11.93%	16.67%
2022	1.15%	-3.78%	0.35%	-10.37%	-0.87%	-7.88%	5.94%	3.26%	0.06%	8.08%	-6.41%	-3.70%	-14.77%	4.69%	12.11%
2023	2.26%	-5.42%	-4.36%	2.13%	5.61%	6.75%	3.23%	-4.31%	-0.85%	-5.29%	8.99%	5.10%	13.16%	22.28%	10.84%
2024	-1.71%	3.24%	0.34%	-6.60%	-0.26%	4.67%	1.41%	3.70%	-1.78%	0.50%	-0.61%	-2.22%	0.17%	-10.36%	11.15%
2025	5.10%	-3.88%	-0.72%	6.56%	4.86%	1.57%	-1.63%	5.64%	4.24%	3.28%	5.08%	-0.21%	33.53%	33.95%	10.54%
2026	3.50%	0.20%	-2.63%										0.98%	16.35%	3.16%

	Mês	Ano		12M		24M		36M		60M		Desde o Início	
	Retorno	Retorno	Volatilidade	Retorno	Volatilidade	Retorno	Volatilidade	Retorno	Volatilidade	Retorno	Volatilidade	Retorno	Volatilidade
STK Long Biased FIC FIA	-2.63%	0.98%	18.53%	34.45%	15.21%	32.65%	13.91%	65.22%	13.95%	15.64%	15.48%	327.97%	15.53%
Ibovespa	-0.70%	16.35%	48.01%	43.91%	26.95%	46.33%	21.50%	84.00%	19.69%	60.73%	19.91%	170.00%	23.70%
IPCA + 6%	1.24%	3.16%		10.20%		23.19%		35.61%		77.50%		492.59%	

Performance Desde o início 30 de setembro de 2010

Rentabilidade Acumulada [Desde o início | 30 de Setembro de 2010]

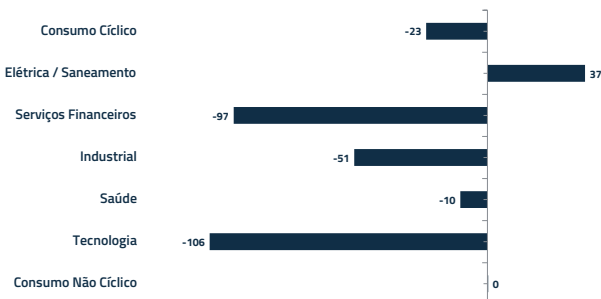


* Ibovespa é mera referência econômica e não meta ou parâmetro de performance do fundo.
* CDI é mera referência econômica e não meta ou parâmetro de performance do fundo.

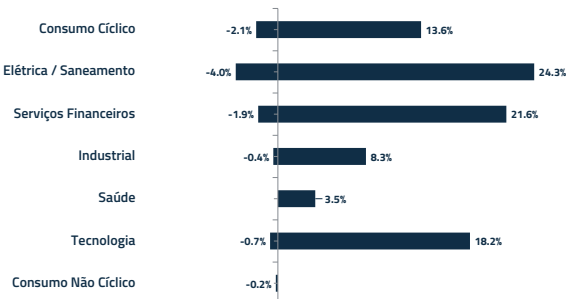
Patrimônio Líquido	R\$ milhões
STK Long Biased FIC FIA	195.86
STK Long Biased Master FIA	314.13
Total Administrado pela Gestora	1,240.64
STK Long Biased FIC FIA PL médio dos últimos 12 meses	176.67

Exposição	
Long	90%
Short	-9%
Net	80%
Gross	99%

Contribuição Setorial Bruta | Março



Exposição Setorial (Fechamento de Mês)



Termos

Público Alvo: Investidores Qualificados

Início do Fundo: 30/09/2010

Classificação ANBIMA: Ações Livre

Cód. Anbima: 257982 / Cód. CVM: 147656

Cód. BBG: STKLBFF B2 Equity

Perfil de Risco: Agressivo

Taxa de Administração: 2% aa sobre o patrimônio líquido do Fundo. Apurada diariamente e paga mensalmente

Taxa de Performance: 20% aa sobre o ganho que exceder IPCA + 6% aa, com marca d'água.

Apurada diariamente e paga semestralmente

Tributação: 15% sobre os rendimentos, incidente no resgate.

Conversão de Cotas na Aplicação: D-1 da disponibilidade dos recursos

Conversão de Cotas no Resgate: D-30 dias corridos da solicitação

Pagamento do Resgate: D-2 dias úteis da conversão de cotas

Carência para Resgate: Não há

Administrador e Distribuidor: BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. (CNPJ: 02.201.501/0001-61) Av.

Presidente Wilson, 231, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ.

CEP: 20030-905, Tel: (21) 3219 2500 / Fax: (21) 3219 2501 www.bnymellon.com.br/sf

SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219 2600, (11) 3050 8010

Ouvidoria: ouvidoria@bnymellon.com.br ou 0800 725 3219

O regulamento do Fundo poderá ser encontrado no site do distribuidor por meio do seguinte hiperlink:

Regulamento do Fundo

Gestor: STK Capital Gestora de Recursos Ltda.

Tel: (21) 3219 6550 / Fax: (21) 3219 6505

contato@stkcaptal.com.br

Auditor: KPMG

Custodiante: BNY Mellon Banco

SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- Comissão de Valores Mobiliários - CVM

- Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br

O STK Long Biased FIC FIA mantém no mínimo 95% de sua carteira investido no STK Long Biased Master FIA, cuja estratégia é investir em ações utilizando análise fundamentalista como principal metodologia de avaliação de empresas. As posições do fundo são primordialmente compradas, mas o fundo pode também manter posições vendidas. O objetivo é valorizar suas cotas no longo prazo, primordialmente através de investimentos em ações negociadas no mercado à vista de bolsas de valores e em seus respectivos derivativos. A Gestora busca maximizar a performance do fundo através de gestão ativa da carteira.

Início do fundo: 30 de setembro de 2010.

Público alvo: Investidores Qualificados.

Classificação ANBIMA: Ações Livre | Código ANBIMA - 257982 | Código CVM – 147656

Perfil de Risco: Agressivo.

Taxa de administração: 2% aa sobre o patrimônio líquido do Fundo. Apurada diariamente e paga mensalmente.

Taxa de performance: 20% aa sobre o ganho que exceder IPCA + 6% aa, com marca d'água. Apurada diariamente e paga semestralmente.

Tributação: 15% sobre os rendimentos, incidente no resgate. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos.

Conversão de cotas na Aplicação: D+1 da disponibilidade dos recursos

Conversão de cotas no Resgate: D+30 dias corridos da solicitação

Pagamento do Resgate: D+2 dias úteis da conversão de cotas

Carência para Resgate: não há

Administrador e Distribuidor: BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. (CNPJ: 02.201.501/0001 61)

Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20030-905, Tel: (21) 3219 2500 / Fax: (21) 3219 2501 www.bnymellon.com.br / sf SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21)3219-2600 | (11) 3050-8010

Ouvidoria: ouvidoria@bnymellon.com.br ou 0800-725-3219

Gestor: STK Capital Gestora de Recursos Ltda.

Auditor: KPMG

Custodiante: BNY Mellon Banco

O regulamento do fundo poderá ser encontrado no site do distribuidor por meio do seguinte hiperlink: [Regulamento do fundo](#)

SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: Comissão de Valores Mobiliários – CVM | Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br

Leia a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. Os investimentos em fundos não são garantidos pelo administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Os fundos geridos pela STK Capital utilizam estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Os fundos de ações podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Este fundo está autorizado a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior. As informações contidas nesse documento são confidenciais e não podem ser reveladas sem o consentimento prévio e expresso da STK capital. A exposição ao risco e a possibilidade de perda são inerentes aos investimentos



Gestão de Recursos